

# GRANDES TEXTOS E CÂNONE ESCOLAR. ESCOLARIZAÇÃO DE OS *LUSÍADAS*

*Grandes textos y el canon escolar.  
Escolarización de Os Lusíadas*

Great Texts and the School Canon.  
Schooling of Os Lusíadas

Justino MAGALHÃES

*Instituto de Educação (Universidade de Lisboa)*

Correo-e: [justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt](mailto:justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt)

Recibido el 28 de julio de 2023

Aprobado el 18 de octubre de 2023

RESUMO: O Cânone Escolar tem origem em três fontes: textos clássicos religiosos, literários; textos da tradição oral; textos meta-educativos, escolares e paraescolares, doutrinários, ensaísticos, de síntese. A instituição educativa e o suporte *livro* deram curso, ordem, transversalidade aos textos constitutivos do Cânone Escolar, como unidade histórica e literária, agregadora dos Estados-Nação e mobilizadora da formação patriótica e cívica. Neste estudo apresenta-se o quadro de transição e superação da Primeira Modernidade, contextualizando e sumariando as principais transformações da Revolução Ocidental, com destaque para a educação e a institucionalização escolar, associadas aos Estados-Nação. Na sequência, incide-se sobre a constituição do Cânone Literário como base nacional, patriótica e cívica, e sobre a escolarização dos Grandes Textos como núcleo curricular e progressão do Cânone Escolar. Serão tomados em atenção os aspectos gerais e transversais, mas a principal investigação incide sobre *Os Lusíadas* como Epopeia e núcleo do currículo básico e secundário da Escola Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Cânone; Cânone Escolar; *Os Lusíadas*; Currículo Básico.

RESUMEN: El canon escolar tiene su origen en tres fuentes: textos religiosos y literarios clásicos; textos de tradición oral; textos metaeducativos, escolares y paraes-

colares, doctrinales, ensayísticos, de síntesis. La institución educativa y el soporte del libro dieron rumbo, orden, transversalidad a los textos constitutivos del canon escolar, como unidad histórica y literaria, agregando los Estados-Nación y movilizándolo la formación patriótica y cívica. Este estudio presenta el marco de transición y superación de la Primera Modernidad, contextualizando y resumiendo las principales transformaciones de la Revolución occidental, con énfasis en la educación y la institucionalización escolar, asociadas a los Estados-Nación. A continuación, se centra en la constitución del canon literario como base nacional, patriótica y cívica y en la escolarización de los grandes textos como núcleo curricular y progresión del canon escolar. Se tendrán en cuenta aspectos generales y transversales, pero la investigación principal se centra en *Os Lusíadas* como epopeya y núcleo del currículo básico y secundario de la escuela portuguesa.

PALABRAS CLAVE: canon; canon escolar; *Os Lusíadas*; currículo básico.

ABSTRACT: The School Canon has its origins in three sources: classic religious and literary texts; oral tradition texts; meta-educational, school and para-school, doctrinal, essayistic, synthesis texts. The educational institution and the book support gave course, order, transversality to the constitutive texts of the School Canon, as a historical and literary unit, aggregating the Nation-States and mobilizing patriotic and civic formation. This study presents the framework of transition and overcoming of First Modernity, contextualizing and summarizing the main transformations of the Western Revolution, with emphasis on education and school institutionalization, associated with Nation-States. Next, it focuses on the constitution of the Literary Canon as a national, patriotic and civic basis, and on the schooling of the Great Texts as a curricular core and progression of the School Canon. General and transversal aspects will be taken into account, but the main investigation focuses on *Os Lusíadas* as an Epic and core of the basic and secondary curriculum of the Portuguese School.

KEYWORDS: Canon; School Canon; *Os Lusíadas*; Core Curriculum.

## I. Introdução

**A**S REFORMAS ILUMINISTAS da segunda metade de Setecentos introduziram os vernáculos como meios de comunicação e constituição de uma matriz patriótica e cívica. A aculturação ficou confiada sobretudo à escola, que manteve o latim como língua de continuação dos estudos, erudição e ciência. A alfabetização escolar era assegurada pelos catecismos e por pequenos textos informativos, morais e cívicos estruturados em livro de leitura e de iniciação à escrita – aprender pelos livros. No trânsito de Setecentos, o Iluminismo e o Racionalismo Escolar, superando a tradição e por contraponto à Escolástica retomaram os Clássicos, que foram sendo adaptados ao ensino e publicados em edição integral ou em selectas e antologias. A constituição dos Estados-Nação e o

avanço científico, associados à noção de perfectitude do humano e à perspectiva histórica de evolução da humanidade, tomadas como razão, crescimento e progresso, contribuíram para a aceitação do moderno e a formulação de um educacional escolar fundado no passado mais glorioso e representativo, devidamente preservado e dado a conhecer como modelar e com sentido de futuro. Eis a base do classicismo.

História e Tradição Literária surgiam unidas nas sínteses evolutivas escolares e nas cronologias de finais do século XVIII. Os reformismos de final do século XVIII convergiram num neoclassicismo que continuou a manter o latim como principal língua de progressão escolar, muito embora explicado e ensinado através das línguas vernáculas respectivas. A latinidade mantinha-se como arquétipo. Mas as línguas vernáculas ganhavam dinamismo e estrutura, como informação e instrumento de aculturação escrita, escrita política e administrativa, disciplina escolar. As gramáticas em vernáculo não apenas serviam de introdução e suporte à aprendizagem do latim, como constituíam um novo modo de pensar e formalizar o discurso.

Dando curso à refundação dos nacionalismos e identidades pátrias, no contexto das Revoluções Liberais e por obra dos românticos, foram constituídos inventários de obras, selecionados autores e traçados quadros biográficos e estéticos. Correlativamente e em contraponto à via erudita, formalista e transversal, desde o século XVIII, vinham sendo levados a cabo recolhidas e inquéritos tendentes a resgatar, organizar e tornar inteligíveis e transmissíveis narrativas oriundas da tradição, representativas da arte, da cultura e da expressão erudita e popular. Em Portugal, mereceu destaque a Biblioteca Lusitana, coligida e publicada, entre 1741 e 1759, por Diogo Barbosa Machado, contendo notícias bibliográficas sobre autores e obras da bibliografia portuguesa. Esta obra de carácter enciclopédico e bibliográfico veio a ser ampliada e actualizada por Inocêncio Francisco da Silva no *Dicionário Bibliográfico Português*. No século XVII, em França, Charles Perault recolheu e publicou narrativas e contos da tradição oral, parte dos quais destinados à infância. Nas primeiras décadas do século XIX, na Alemanha, irmãos Grimm procederam à recolha e reconstituição discursiva de contos e novelas de origem popular.

Coetaneamente aos irmãos Grimm, em Portugal, Almeida Garrett editou o *Romanceiro* e interveio na fixação de textos e memórias de natureza histórico-biográfica, que dava a conhecer sob as formas de autos, textos dramáticos, romances. Sendo certo que, na formação dos cânones literários nacionais não pode deixar de atender-se à confluência das vias erudita e popular, o processo foi no entanto assimétrico e conflituoso, de país para país, em resultado da hegemonia do elemento erudito. Conciliando erudição e classicismo, os cânones artísticos e literários tenderam a submeter a tradição e a etnocultura de raiz e inspiração populares, a igual tirocínio.

As línguas maternas foram estruturadas e convertidas em objecto de ensino e aprendizagem através da escola. Entre final de Setecentos e as primeiras décadas de Oitocentos, teve lugar a formalização de um cursivo em Português que

veio a constituir o caligráfico escolar. Por meados do século, em Portugal, como em Espanha e em França, foram criados e legitimados métodos de alfabetização escolar que evoluíram para cartilhas maternas. O método e a formação escolar, que prosseguiam pelo currículo subsequente, foram tomados como modelo e o padrão linguístico e caligráfico escolares como norma. Desde finais de Oitocentos que as alterações linguísticas não deixaram de atender à norma e ao currículo escolar. Em resultado da escolarização, foram deslegitimadas e tomadas como anómalas as aprendizagens não-escolares. O cânone escolar foi incorporando os clássicos e uma criteriosa selecção de textos e autores, dados como modelo. Uns e outros estiveram sujeitos a flutuações na densidade e na organização curricular, mas houve continuidade. O cânone escolar é um arquétipo da cultura letrada, nos planos humanístico, científico e progressivamente também técnico e artístico.

A formação e a evolução do cânone escolar reflecte a evolução do cânone literário e a mudança das políticas e das práticas educativas. São ciclos históricos, culturais e pedagógicos, que como se verá, estão também subjacentes no tema central desta comunicação – a escolarização de *Os Lusíadas*. Na sequência, abordarei, ainda que sumariamente, quatro tópicos: considerações histórico-pedagógicas sobre cânone literário e cânone escolar (representação e significação); as epopeias e o cânone escolar (humanismo, nacionalismo, norma linguística e estética literária); a história literária de *Os Lusíadas* nomeadamente nos aspectos de classicismo e humanismo, variações e fixação do texto, tradução e actualização linguística e textual, binómio erudito/ popular, oposição nacionalização/universalização, dialéctica entre obra literária e epopeia-pátria; a escolarização de *Os Lusíadas* (séculos XVIII-XIX-XX). As principais manifestações da escolarização foram fixação de um texto e formalização escolar – excertos e norma/anotações e orientações de leitura/leitura escolar, reflectindo o neoclassicismo de Setecentos/Oitocentos; norma e nacionalização, no contexto histórico do Romantismo e da Regeneração; patriotismo e progressão cívica no quadro do Republicanismo; obrigatoriedade e leitura selectiva com o Estado Novo. Nestes diferentes tempos e regimes de escolaridade, *Os Lusíadas* constituíram meta-curriculo, ainda que enquadrados nas práticas leitoras e nos exercícios de escrita, e em conformidade com a progressão dos segmentos de ensino. Apesar de, desde início do século XX, ter havido edições escolares e de haverem integrado os programas de distintos anos escolares, paradoxalmente, *Os Lusíadas* não foram e continuam a não ser objecto de leitura integral, no plano curricular de educação básica.

## 2. Cânone e cânone escolar

Como foi já notado, a constituição de um cânone escolar, como noutras circunstâncias de um arquivo histórico, não assenta apenas no critério da representação. O cânone é modelo, selecção, apropriação, correspondendo à relação entre referenciado e referido, num complexo jogo de escala, simbolização, amostra. Parte-se do universo para, através de depurações sucessivas e remissões, isolar

uma representação integrável no plano curricular e ajustável aos fins da educação. O contraponto da representação é a significação. Com efeito, uma vez definida uma intencionalidade, caracterizado um destinatário e esboçado um quadro de acção, submete-se aquele universo literário a uma escolha representativa, adequada e significativa. A selecção pode ser revista de acordo com a intencionalidade e em conformidade com os critérios curriculares e as circunstâncias socioculturais. Há um vaivém entre representação, adequação, significação. Se a representação endurece o cânone como regularidade e obrigatoriedade, a significação comporta a flexibilidade e a convenção. O cânone escolar respeita à constituição, à transformação e à preservação da tradição e da história literária, mas não pode deixar de ser significativo para a cultura escolar e para a sociedade. Asseverava A. Prado Coelho que «a escolha, que define o essencial, é condição primordial da exequibilidade do ensino literário» (cf. 1919, p. 291)<sup>1</sup>.

A significação está associada à intenção e à eficácia da acção, pelo que é matéria de convenção pedagógica e concretização didáctica. O currículo escolar tem subjacente um ideário e uma meta-educação; nele há substância, discurso, método. Teórico-prático o currículo reflecte um racional de possibilidades e probabilidades, em que interferem a capacidade e a idade dos estudantes. A formação do campo pedagógico associando as ciências humanas e sociais à educação e dando sentido, orgânica e processo à escolarização da cultura escrita, como substância e meio de disciplina e transformação da sociedade, deu origem e acelerada expansão a uma nova *episteme* do escrito, centrada no livro escolar. Conferindo ordem, forma e prossecução ao educacional e ao cultural, o livro tornou-se o principal meio pedagógico e didáctico. De modo análogo, ao que sucedeu noutros países, em Portugal, os textos clássicos foram escolarizados, em regra, como leitura integral, enquanto a antologia escolar permitiu (re)significar textos fundamentais. Deste modo, foi sendo constituído e normalizado um outro cânone – o cânone escolar. Ainda que uma parte representativa do cânone literário faça parte do cânone escolar, no caso português, houve textos matriciais que não foram incluídos e textos que sofreram adaptações.

O cânone escolar é fonte, matriz e racionalidade da cultura escrita, de que saiu fortalecida a norma letrada e saíram beneficiados os novos leitores. A cultura escolar actualizou e deu significado, valor e novo destino aos clássicos, pois, como bem advertiu Ítalo Calvino, «a escola deve dar-nos a conhecer bem ou mal certo número de clássicos entre os quais poderemos depois reconhecer os “nossos” clássicos». O cânone escolar ocidental é formado pelas principais obras literárias e por obras fundamentais no plano moral, ético, pedagógico, patriótico. Para além dos clássicos, há autores e textos que foram sendo introduzidos ou excluídos do cânone escolar. Pode admitir-se uma sequência de ciclos compostos por formação, constituição e evolução do cânone escolar, dependendo, cumulativamente, da evolução do cânone propriamente dito, das políticas educativas, das circunstâncias históricas. Não menos relevantes têm sido, no entanto, a resistên-

<sup>1</sup> PRADO COELHO, A. do: *Ensaio Críticos*, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1919.

cia e a dinâmica instituinte do domínio escolar na recomposição do cânone literário e artístico. Em Portugal, a interação entre cânone literário e cânon escolar reflecte essencialmente o valor dos clássicos e a incorporação de novos autores entretanto surgidos e reconhecidos; reflecte também a influência dos próprios escolares, regulando e ordenando a produção literária, mediando e normalizando o campo pedagógico, disciplinando e graduando a acção didáctica.

### 3. Sobre a história literária de *Os Lusíadas*

No Prefácio à edição, de 1880, de *Os Lusíadas*, comemorativa do 3.º Centenário da morte de Luiz de Camões, Teófilo Braga, assentando na convicção de que «o nome de Camões é a síntese do sentimento nacional português», convicção partilhada ao tempo por, entre outros, Oliveira Martins, traçou um itinerário sobre a história literária de *Os Lusíadas*. Publicados em 1572, *Os Lusíadas*, como fonte de consciência nacional, foi alento para os desiludidos com a perda da Independência, em 1580. Ainda, naquele quarto de século, houve mais 4 edições em português. Por outro lado, houve também traduções para castelhano, uma delas dedicada a Filipe II, que erigiam Luís de Camões a poeta hispânico.

No século XVII, mais de metade cumprido com as coroas espanhola e portuguesa unidas, houve 4 edições. Mas, estranhava Teófilo Braga, que nos 100 anos imediatos à Independência portuguesa, recuperada em 1640, tivesse havido apenas 10 edições. Foi no século XIX que a divulgação de *Os Lusíadas* se tornou massiva, tendo sido publicadas mais de 60 edições. Teófilo Braga associou esta dinâmica à renovação da ciência, das políticas, da indústria e a uma moderna consciência da humanidade, que caracterizavam o século XIX. Apesar de alguma resistência do governo, de então, em dar cumprimento pleno à lei de 10 de Abril de 1880, sobre a celebração do 3.º Centenário da morte de Camões, foi em torno dessa efeméride, que a universalidade da Epopeia e do Poeta se afirmaram, dentro e fora do território português. Houve uma mobilização geral, transversal à sociedade portuguesa. Multiplicaram-se e diversificaram-se as edições de *Os Lusíadas*, edições de natureza e estatuto diversos: edições eruditas, edições de divulgação, edições conformes à versão original (*princeps*); edições conformes à edição segunda, supostamente corrigida pelo próprio Poeta. Houve edições gratuitas e edições destinadas a prémio escolar. Particularmente distinta foi a edição preparada por Adolfo Coelho<sup>2</sup>. Ainda no que se refere ao 3.º Centenário da morte de Camões, para além da intensa mobilização das associações cívicas e empresariais, Teófilo Braga salientou que, fora de Portugal, houve celebrações simultâneas em Paris, Berlim, Nápoles, Madrid, Barcelona, Boston, Hong-Kong, nos Açores e por

<sup>2</sup> *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Edição popular gratuita da Empresa do Diário de Notícias, comemorando o Tricentenário da morte do Poeta, especialmente dedicada aos assinantes e leitores habituais do mencionado Diário (30.000 exemplares). Reprodução crítica sob a direcção de F. Adolfo Coelho, segundo a edição de 1572, feita durante a vida do Poeta, 1880.

todo o Império do Brasil (p. XVIII). Para final de Oitocentos, surgiram edições escolares de *Os Lusíadas*.

Resumindo os principais aspectos da história literária de *Os Lusíadas*, observa-se que, relativamente ao século XVI, foram surgindo dúvidas e controvérsia sobre a biografia de Luís de Camões, a data de publicação da edição *princeps*, a sagração de uma versão oficial do texto. Ainda nesse mesmo século, surgiram três traduções para castelhano que não respeitaram um mesmo original e que introduziram argumentos em prosa, canto a canto. No século XVII, aquelas indeterminações foram acrescentadas pela descoberta de um manuscrito, em Madrid, por parte de Manuel de Faria de Sousa, de cuja análise resultou a convicção de que haveria estâncias que tinham sido suprimidas na primeira versão impressa, supressões essas atribuídas ou ao próprio Luís de Camões ou à Inquisição. Em face da suspeição de que, em 1572, foram publicadas duas edições, a controvérsia entre comentadores e entre filólogos, sobre qual delas era a edição *princeps*, prolongou-se até ao século XX. A investigação foi sendo apurada e o consenso surgiu em torno da argumentação de Costa Pimpão, publicada em 1972, para quem a versão vulgarmente dita A (Ee), em que o pelicano surge voltado para a esquerda do observador é a edição *princeps*. Admitiu Costa Pimpão que a edição dita B (com o pelicano voltado para a direita do observador), teria sido editada em 1584 ou 1585 e não em 1572 (cf. Costa Pimpão, 2000)<sup>3</sup>.

Desde o século XVII, circulou uma edição a que João Franco Barreto havia agregado as estâncias que, supostamente tinham haviam sido censuradas, em 1572. Inseriu também um argumento, em verso, à cabeça de cada Canto. Tais acrescentos passaram a figurar quer em edições impressas quer em cópias manuscritas. À controvérsia sobre os argumentos em verso e a reposição de eventuais perdas de texto, acresciam dúvidas quanto à ortografia e à pontuação. A impossibilidade de fixação de um texto definitivo era acompanhada pela polémica sobre o mérito literário de Camões, sendo frequente o argumento de que o Camões heróico era inferior ao Camões lírico. Daqui emergiam dúvidas sobre a erudição e não raro sobre o fervor pátrio do próprio poeta. Assim, portanto, *Os Lusíadas* ficaram, por um tempo, em lugar secundário como epopeia e obra literária.

Na segunda metade e para final do século XVIII, quando renascia o interesse pela escolarização da Língua Portuguesa, *Os Lusíadas* foram submetidos a severas críticas no plano filológico, linguístico, histórico, científico. À luz do neoclassicismo que, ao tempo, caracterizou o reformismo escolar e em face das Gramáticas eruditas, entretanto publicadas, com destaque para a *Gramática Filosófica* de Jerónimo Soares Barbosa, professor de Eloquência e Poesia na Universidade de Coimbra, humanista e escolar com responsabilidade na reforma curricular em curso, *Os Lusíadas* não correspondiam a uma epopeia-modelo. Com efeito, na introdução à *Gramática Filosófica*, publicada em 1820, Jerónimo Soares Barbosa salientou a especificidade das línguas vernáculas, na origem e no uso como Lín-

<sup>3</sup> *Os Lusíadas*. Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, 1.ª ed. 1972, 4.ª ed. 2000.

guas Vivas e fez uma aplicação dos princípios, preceitos e regras da *Gramática Filológica*, às duas primeiras estrofes de *Os Lusíadas*, apontando irregularidades em face da gramática portuguesa que acabava de publicar. Ao publicar esta gramática, Jerónimo Soares Barbosa, admitindo muito embora que continuavam a existir gramáticas bilingues, destacou o avanço das gramáticas do espanhol e do francês, e deu relevo às vantagens pedagógicas e didáticas, resultantes de o ensino da Gramática Latina ter início após os estudantes disporem de um conhecimento prévio das línguas maternas, assim espanhol, francês, ou português. Retomava, neste último caso, um princípio pedagógico que vinha da legislação pombalina.

Todavia, foi na análise crítica de *Os Lusíadas* que havia preparado por esses anos e que veio a ser publicada postumamente, que Jerónimo Soares Barbosa, fazendo uso de uma matriz filológica e histórica, desenvolveu uma crítica sistémica e sistemática ao Poema, não deixando de vincar a noção de «erro» sempre que entendeu dever fazê-lo<sup>4</sup>, seja no estilo e na forma da Epopeia, seja quanto aos aspectos científicos e mitológicos. A perspectiva negativa, sobre o Poema, ficara igualmente plasmada na obra *Censura das Lusíadas*, da autoria do Padre José Agostinho de Macedo, publicada em 1820, bem assim como na polémica surgida, por meados de Oitocentos, em torno do poema *D. Jayme*.

Por grande empenho de Dom José Maria de Souza-Botelho, Morgado de Mateus, que havia sido governador de S. Paulo, corria, desde 1818, uma edição ilustrada de *Os Lusíadas*, divulgada junto das instâncias diplomáticas e em circulação no Brasil. Era uma edição depurada e que exarava, com frequência, a indicação «erro». A edição recuperava os argumentos de João Franco Barreto<sup>5</sup>. Nas décadas seguintes foram várias as edições, nomeadamente no Brasil que consagraram a noção de «edição correcta». Um dos aspectos mais notórios era a divergência nas fórmulas verbais dos dois últimos versos da primeira estrofe. Nas edições brasileiras surgia. «edificarão e sublimarão»<sup>6</sup>.

De facto, desde final do século XVIII, estava em curso um movimento de resgate de *Os Lusíadas* como epopeia nacional, restabelecendo uma versão em português que fosse adoptada como definitiva. Nesse retorno assumiu papel importante o Morgado de Mateus e a edição, por ele patrocinada, foi retomada em sucessivas edições brasileiras. Como referido, esse movimento editorial, nomeadamente de edições críticas, intensificou-se quando das Comemorações do 3.º Centenário da morte de Luís de Camões. O Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro publicou uma edição que, em Portugal, foi patrocinada e oferecida às Escolas e Centros Culturais por mecenas e por iniciativa oficial. Houve saraus e atribuição de pré-

<sup>4</sup> Análise dos Lusíadas de Luiz de Camões dividida por seus Cantos com observações críticas sobre cada um deles. Obra posthuma de Jerónimo Soares Barbosa. Proprietário e editor Olympio Nicolau Ruy Fernandes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1859.

<sup>5</sup> *Os Lusíadas*, Poema Épico de Luís de Camões, nova edição correcta e dada à luz conforme a de 1817, in 4.º por Dom José Maria de Souza-Botelho, Morgado de Mateus, socio da Academia Real das Ciências de Lisboa, Paris, JP Aillaud, 1823. Esta edição foi influenciada pela leitura do Manuscrito que Faria de Sousa havia recuperado na Biblioteca de Madrid.

<sup>6</sup> Cf. *Os Lusíadas*. Poema épico de Luiz de Camões, nova edição correcta, Rio de Janeiro, p. 139.



mios. Teófilo Braga procurou estabelecer uma narrativa sobre a Vida do Poeta e sobre o significado literário do Poema e sua história.

Com o 3.º Centenário, *Os Lusíadas* chegaram finalmente às escolas de modo sistemático e passaram a ser editados com vista à leitura pública, variando as edições ora em conformidade com os destinatários, ora com a monumentalidade da edição. Assumiu particular relevância, no plano literário e cultural, a edição devidamente preparada por Adolfo Coelho e oferecida pelo *Diário de Notícias*. Em 1900, como se verá, saiu publicada uma edição destinada às escolas. Em 1907 (1908), saiu publicada uma edição parafraseada, em prosa, canto a canto<sup>7</sup>. Esta edição, que fora revista em 1915, continha um Prefácio, com a vida do Poeta e anotações várias às edições anteriores de *Os Lusíadas*. Cada Canto contém um argumento em verso e um argumento em Prosa e cada página é sistematicamente composta por duas estrofes em verso, duas paráfrases em prosa e anotações de fim de página.

Na conferência que proferiu no Liceu de Letras do Rio de Janeiro, em 1921, Afrânio Peixoto, membro da Academia Literária do Rio de Janeiro, lançou a proposta de que fosse criada uma Cátedra de Estudos Camoneanos numa das Universidades portuguesas, Lisboa, Porto ou Coimbra. Argumentou com a relevância literária e com o significado português e universal da obra de Camões particularmente de *Os Lusíadas*. A ideia foi bem acolhida e com o Patrocínio do Comendador Zeferino Oliveira, a Cátedra foi criada na Universidade de Lisboa e confiada a José Maria Rodrigues. Na lição inaugural, proferida em 1925, José Maria Rodrigues afirmou que «dos poemas épicos que pertencem por assim dizer, ao património literário do mundo culto, nenhum há que esteja tão estreitamente ligado com a respectiva nacionalidade, como são *Os Lusíadas*». Glosou assim a noção de epopeia nacional e procurou desvelar como a leitura e o estudo de *Os Lusíadas* fortaleciam um sentido cívico e correspondiam à afirmação de um «Portugal maior». Na década de 40, Afrânio Peixoto veio a constituir um ciclo de Estudos Camoneanos no Rio de Janeiro.

Como referido, entre final do século XIX e primeiras décadas do século XX, multiplicaram-se as edições e os estudos sobre *Os Lusíadas*, tendo José Maria Rodrigues destacado os estudos de Teófilo Braga, Carolina Michaelis e Epifânio Dias. Não será possível dar aqui conta de todos esses estudos. Desde início da década de 70 do século XX, que Costa Pimpão foi elaborando e publicando estudos de síntese, sistemáticos e continuados sobre *Os Lusíadas*<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> *Os Lusíadas* para as escolas e para o Povo. Obra prefaciada, parafraseada e anotada e com um vocabulário, por José Agostinho, Porto, Tip. Universal, Editora Livraria Figueirinhas, 1908. Retomou a edição de 1907. A obra saiu publicada em 1915: José Agostinho. *A chave dos Lusíadas*, Porto, Casa Editora de Figueirinhas.

<sup>8</sup> *Os Lusíadas*. Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, 1.ª ed. 1972, 4.ª ed. 2000.

#### 4. Escolarização de *Os Lusíadas*

A escolarização de *Os Lusíadas* teve em atenção o campo literário (estético, linguístico, filológico) e os aspectos científico, histórico, mitológico, nacionalista. Mas, sobretudo não deixou de reflectir a complexidade subjacente à tensão entre meta-educação, inerente a epopeia-pátria, fonte de nacionalismo e patriotismo, e critérios pedagógico-didáticos. Esta tensão agudizou-se com a assumpção de que *Os Lusíadas* culminavam o currículo escolar, através da progressão entre instrução primária e instrução secundária. Com efeito, desde o curso literário do Adolfo Coelho que *Os Lusíadas* constituíam uma meta-escola.

Assim, se por um lado a maior sensibilidade aos aspectos pedagógico-didáticos se traduziu na preocupação de preparar gradualmente os alunos, tornando cada mais complexas as aprendizagens, por outro lado, a integridade da obra e a sua própria estrutura forçavam a um percurso escolar próprio. Como referido, nas traduções para castelhano do século XVI, havia referências à geografia e à astronomia, mas Jerónimo Soares Barbosa, nos estudos que realizou entre finais do século XVIII e primeiras décadas do XIX, analisou sobretudo aspectos gramaticais, estilísticos, científicos, inerentes à escolarização de *Os Lusíadas*. Foi a partir da segunda metade do século XIX que os aspectos inerentes às aprendizagens e à gradual apropriação axiológica e crítica por parte dos estudantes, passaram a ser tidos em atenção.

Na escolarização de *Os Lusíadas*, podem distinguir-se três tempos fundamentais ainda que as anotações históricas, linguísticas, mitológicas, estéticas, tenham sido retomadas em sucessivas edições. A utilidade da obra foi reconhecida, desde as primeiras edições. No Alvará Régio de autorização da tradução de Bento de Caldera (1580), para castelhano, ficou assinalado que o livro seria proveitoso para os professores de história e para a navegação. Na tradução castelhana de Tapia, 1580, há uma justificação de que *Os Lusíadas* contém noções de ciência: geografia, zoologia. As traduções para castelhano incluíam um argumento, canto a canto e desde a edição de 1591, que as sucessivas edições portuguesas incluíam anotações. Eram anotações destinadas a apoiar e orientar a leitura, desvelando uma intencionalidade pedagógica que estaria já presente no próprio Luís de Camões, mas a que o leitor só acedia através de uma explicação e de uma orientação. No século XVII, a edição de *Os Lusíadas* foi ampliada com a inclusão de argumentos, da autoria de João Franco Barreto, igualmente em verso decassílabo, no início de cada canto.

Até final do século XVIII, *Os Lusíadas* haviam sido analisados relativamente aos elementos mitológicos, científicos e filológicos. No período Barroco, Camões havia sido comparado a outros poetas e *Os Lusíadas* a outras epopeias. Tais análises foram acumulando algumas imperfeições, a que as sucessivas edições e comentadores procuravam dar resposta, melhorando a linguagem. Também as traduções para outras línguas, nomeadamente para castelhano tinham acrescentado maior diversidade, tornando difícil a reconstituição. No século XVIII, uma vez tomados como símbolo de nacionalismo e fonte do Estado-Nação, *Os Lusíadas* passaram,

por um lado, a ser objeto de observações e correcções, e por outro lado, objecto de depuração e reconstituições, em busca do que teria sido a versão original. Entre final de Setecentos e final de Oitocentos, *Os Lusíadas* foram sendo submetidos à normalização e à escrituração escolar. Estiveram sujeitos a comentários e alterações da linguagem. Multiplicaram-se os compêndios que incluíam excertos para fins didácticos.

A inclusão de *Os Lusíadas* como livro escolar, mantendo a singularidade de obra literária, foi uma questão ciclicamente retomada. Entre outros aspectos, eram matéria de controvérsia a versão a apresentar, pois que tal tinha reflexo na escrita e por consequência no teor de algumas estrofes; a idade ou o ciclo escolar em que deveriam ser introduzidos e trabalhados com significado pedagógico e formalismo didáctico, pelo que era frequente a selecção de Cantos e estrofes (estâncias). Só em final de Oitocentos foi estipulada a elaboração de uma edição escolar oficial, ainda que a leccionação devesse continuar selectiva. Nas recomendações sobre os Livros Escolares para o ano de 1898, emanadas pelo Ministério dos Negócios do Reino, em 19 de Outubro de 1898 através da Direcção Geral de Instrução Pública, ficou estipulado que no livro de *Leituras Portuguezas*, aprovado para a 4.<sup>a</sup> classe do curso liceal, não fosse incluída a parte de *Os Lusíadas*, exigida pelo programa. Com efeito, em conformidade com os pareceres da Comissão de Exame dos Livros destinados à Instrução Secundária e do Conselho Superior de Instrução pública, o Governo deveria mandar proceder a uma edição oficial daquele poema. Intitulada *Lusíadas*, a edição escolar oficial veio a ser publicada em 1900, com anotações de Mendes dos Remédios<sup>9</sup>.

No decurso do século XIX, vários compêndios de Leitura e de Escrita continham excertos e adaptações de *Os Lusíadas*. Entre eles, merece destaque *Arte de Aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difícil*, compêndio da autoria de Duarte Ventura, editado em 1816 e sucessivamente reeditado. Nele, o autor fez um uso alargado, ainda que criterioso, de *Os Lusíadas*. Sendo um compêndio progressivo no grau de dificuldade, combinava teor e forma de escrita. Numa edição posterior dedicada ao Rei Português e ao Imperador do Brasil, Duarte Ventura manteve as 10 lições, tendo apenas acrescentado o alfabeto em gótico (maiúsculo e minúsculo) e substituído parte das ilustrações por representações de criança e assuntos ligados à infância.

Cumprida a primeira lição em que era apresentado o alfabeto maiúsculo e minúsculo, nas versões bastardo e gótico/francês, Duarte Ventura consagrava a segunda lição às dez primeiras estrofes de *Os Lusíadas*. A terceira lição incidia sobre o episódio do Adamastor e a quarta sobre o episódio de Inez de Castro. A partir da quinta lição, este compêndio combinava prosa e verso, numa perspectiva temática. Estava assim fixada uma versão escolar, cuja escrita oficiosa normalizava a linguagem e a utilização pedagógica e didáctica de *Os Lusíadas*, para efeitos de exame escolar, correcção e penalização de erros, legitimada para uso

<sup>9</sup> CAMÕES, Luís de: *Lusíadas*. Edição para as escolas. Revista, prefaciada e anotada por Mendes dos Remédios, Coimbra, França Amado, 1900, 2.<sup>a</sup> edição para as Escolas, 1903, (191 pág. e pág. 192).

interno do institucional escolar, mas também para uso externo. A vulgarização de *Os Lusíadas* pela escola, no todo ou em parte, normalizando uma escrituração, transversalizando distintos públicos e integrando-os num mesmo ideário pátrio, foi instituinte nos planos educativo e sociocultural e de grande relevância para o cânon escolar. Tornou irrelevantes algumas controvérsias eruditas e acadêmicas.

*Os Lusíadas* eram objecto de erudição, mas também de uso escolar e popular, destinados à divulgação e à aculturação literária e cívica dos leitores escolares e dos novos leitores. Com efeito, ressalva Inocêncio da Silva no *Dicionário Bibliográfico Portuguez* que, quando do 3.º Centenário da morte de Luís de Camões, foi organizada para uso escolar uma edição manuscrita, desenhada pelo calígrafo Manuel Nunes Godinho<sup>10</sup>. Reitere-se que, pelo decreto que fez aplicação da Reforma Jaime Moniz do Ensino Liceal (1894, 1895), o uso escolar da Epopeia Camoneana foi objecto de decisão política, havendo sido determinada a organização de uma edição escolar integral.

Tomando como fonte de informação os Programas de Português, podem sistematizar-se algumas informações sobre o modo como *Os Lusíadas* vieram a ser estudados, sendo necessário salientar duas orientações fundamentais: *Os Lusíadas* careciam de uma propedêutica e parte do programa convergia para preparar o acesso e a sua compreensão pelos estudantes; *Os Lusíadas* asseguravam uma graduação do conhecimento, proporcionando uma progressão curricular. A síntese surge na confluência destas duas orientações: *Os Lusíadas* passaram a constituir o culminar do curso geral e da (in)formação básica e secundária, seja nas dimensões literária, axiológica, ética e moral, seja nos planos cívico e patriótico. Epopeia Nacional, era como meta-educação que *Os Lusíadas* deveriam ser apropriados pelos estudantes. Eram matéria obrigatória da Ensino Secundário, liceal e técnico.

No Programa liceal de 1918, constavam algumas orientações propedêuticas a *Os Lusíadas* na Classe II, mas era nos programas das Classes III, IV e V que estavam inseridos alguns Cantos da Epopeia. Nos termos do Decreto 5002 de 28 de Novembro de 1918, 1.ª série – Curso Geral – 1.ª secção, o Programa da Classe II incluía: «trechos análogos aos da classe I, graduando as dificuldades, e pequenas descrições de paisagens do Continente e das Colónias portuguesas; exemplos da arte literária popular portuguesa; lendas e mitos que possam contribuir para a compreensão dos alunos face aos cantos de *Os Lusíadas* a estudar na Classe III». Na sequência do Curso Geral, eram incluídos os seguintes fragmentos de *Os Lusíadas*: na 2.ª Secção Português, Classe III, Leitura: trechos em prosa e verso de obras literárias portuguesas do século XIX, acessíveis à inteligência dos alunos; *Os Lusíadas* (Canto I, estrofes 1 a 18 e cantos III e IV); na IV Classe – *Os Lusíadas* (rápida revisão das estâncias 1 a 18 do Canto I e dos Cantos III e IV, e mais o estudo do resto do Canto I e dos Cantos II, V e VI); na V Classe – *Os Lusíadas* (estudo dos Cantos VII, VIII e X e do plano do Poema. O estudo de *Os Lusíadas* era retomado no Curso Complementar de Letras – Português VI e VII Classes: das origens até o século XVII na classe VI e até o fim do século XIX na classe VII,

<sup>10</sup> Cf. Inocêncio da SILVA, volume 4.º do *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, s/d, pág. 246.

relação com a História das literaturas Estrangeiras. Português – Secção de Ciências VI e VII, semelhante à anterior. Para o estudo dos *Lusíadas* era utilizada uma Edição escolar de *Os Lusíadas*.

No programa liceal de 1936, *Os Lusíadas* continuaram a ser estudados de modo fragmentário no Curso Geral, sendo retomados no Complementar – 3.º ciclo (7.º Ano) – «*Os Lusíadas*: verificação do conhecimento pormenorizado do poema; a sua feição individual e confronto com as maiores epopeias da humanidade. O seu valor como expressão; o seu significado nacional; apreciação dos episódios de maior valor representativo».

Reformulando o decreto n.º 37112, de 22 de Outubro de 1948, nos termos do decreto n.º 39807 de 7 de setembro de 1954 (Programas do Ensino Liceal), era necessário «simplificar os programas do Curso Geral, de forma a acomodá-los à capacidade receptiva dos alunos». Ficou estipulado que no 5.º ano dos Liceus, seriam feitos a leitura e o estudo de excertos de *Os Lusíadas* e no 6.º Ano: o Lirismo camoneano; a criação da Epopeia. Em conformidade com os Programas do Ensino de Liceal, promulgados pelo Decreto n.º 39807, de 7 de setembro de 1954, era assumido que o aluno não estava «apto a fazer por si só leitura» de *Os Lusíadas*. Pela sua extensão «há-de limitar-se a leitura e comentário [do poema] a passos bem escolhidos». Caberia ao professor resumir as partes omitidas, para que o aluno fique «fazendo ideia da sequência e do conjunto, permitindo reconstituir aproximadamente o plano de elaboração da nossa epopeia». No comentário, o professor deveria «insistir no significado do poema e no que se possa patentear claramente como expressão pessoal do poeta, dando também relevo ao valor cultural e ao sentido universal de alguns passos e do conjunto». O programa não determinava os passos do poema que deveriam ser lidos, porém «no intuito de aproximar da uniformização conveniente, recomenda-se a inclusão das instâncias que se seguem»:

Canto I, n.ºs 1 a 15, 19 a 40, 70, 74, 76, 84, 89, 94, 104 a 106; Canto II, n.ºs 29 e 30, 33, 44 a 55, 108 e 109; Canto III, n.ºs 3 a 5, 17, 20 e 21, 23 a 26, 42 44, 96 a 99, 102 a 106, 118 a 135, 138 e 139; Canto IV, n.ºs 13 a 19, 28 a 33, 42 a 44, 89 e 94 104; Canto V, n.ºs 1 e 3, 16 a 22, 31 a 35, 37 a 50, 58 a 60 e 81 83; Canto VI, n.ºs 70 a 84; Canto VII, n.ºs 1 a 9, 14 e 15, 23 a 25, 30 e 31, 74 e 78 a 82; Canto VIII, n.ºs 30 a 32; Canto IX, n.ºs 1, 4, 8 e 13 a 15; Canto X, n.ºs 9 a 13, 80 a 82, 127, 128, 140, 145 e 154 a 156.

Nos programas de 1991, constava que «o 3.º ciclo é aquele em que de forma mais significativa cabe valorizar a nossa herança literária e cultural p. ex. de um autor como Gil Vicente e uma obra como *Os Lusíadas*, serão dados excertos a contextualizar adequadamente». No programa do 9.º Ano de 2009, Luís de Camões e *Os Lusíadas* constam da lista de autores anteriores ao século XX. Devendo ser considerados referenciais mínimos, passos do poema narrativo *Os Lusíadas* com particular incidência nos seguintes episódios e estâncias, sendo retomadas com a devida atenção as recomendações enunciadas sobre o trabalho de contextualização, antes enunciadas: Canto I – estâncias 1-3 (proposição); narração (1) viagem para a Índia, Canto I estâncias 19-41 – Concílio dos Deuses; Canto IV – estâncias 84-93 – Despedida de Belém; Canto V – estâncias 39-60. O Adamastor;

Canto VI – estâncias 70-94: tempestade e chegada à Índia; Narração (2): História de Portugal, Canto III – estâncias 118-135 – Inês de Castro; Canto X – estâncias 142-144 – despedida de Tétis e regresso a Portugal; 145-146/ 154-156 – lamentações, exortação a d. sebastião e referência a futuras glórias. Tal como nos Programas de 1918, não há referência ao Canto IX.

As Metas Curriculares promulgadas em 2015, trouxeram uma perspectiva progressiva e integrada dos distintos elementos do Programa. *Os Lusíadas* fazem parte das Obras e Textos para Educação Literária, inseridos no Programa do 9.º ano, ano terminal da Educação Básica<sup>11</sup>. São seleccionados os seguintes episódios e estâncias: Canto I – estâncias 1-3, 19-41; Canto III – estâncias 118-135; Canto IV – estâncias 84-93; Canto V – estâncias 37-60; Canto VI – estâncias 70-94; Canto IX – estâncias 18-29 e 75-84; Canto X – estâncias 142-144, 145-146 e 154-156. Diferentemente de selecções anteriores, nomeadamente a de 2009, em que os fragmentos estão reordenados, as autoras propuseram uma leitura selectiva, mas respeitando a composição e a sequência da própria obra, o que favorece a autenticidade da apropriação pelos estudantes.

## 5. Algumas conclusões

Apesar de existirem edições escolares, *Os Lusíadas* não foram leccionados e forma integral, ou mesmo sequenciada. Os excertos seleccionados eram ordenados tematicamente, ou em combinação com o programa de história. Desde final do século XIX que a leccionação de *Os Lusíadas* recaía no Ciclo Geral, liceal e técnico, posteriormente convertido no 3.º Ciclo do Ensino Básico. Epopeia-Pátria, o principal fim pedagógico da leccionação de *Os Lusíadas* era afirmar plasmar uma (in)formação geral, no escalão etário escolarizado, de final da adolescência. Em 1918, *Os Lusíadas* eram leccionados em diferentes anos do ciclo geral, mais tarde ficaram concentrados no ano terminal. Mas a integridade da obra que tinha estado subjacente à edição escolar, não parecia assegurada. Aliás o Canto IX foi frequentes vezes censurado. Jamais *Os Lusíadas* foram leccionados e apreendidos na íntegra, ainda que fosse referido nos programas que a selecção de estâncias era um referencial mínimo. A versão escolar foi fixada em final do século XVIII, Duarte Ventura numa edição de 1816, já incluía *Os Lusíadas* como principal obra de leitura e cópia de impresso e de manuscrito; a grafia estava simplificada. Estava assim, reiterar-se, fixada uma versão que normalizava o uso escolar, mesmo para efeitos de exame. Em sede escolar, *Os Lusíadas* foram também combinados com os outros textos, como parte de composições de leitura e escrita. Desde finais do século XIX que havia edições escolares de *Os Lusíadas*, mas estes continuaram a não ser estudados na íntegra.

<sup>11</sup> BUESCU, Helena C.; MORAIS, José; ROCHA, Maria Regina e MAGALHÃES, Violante F.: *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*, Lisboa, Ministério da Educação e Ciência, 2015, p. 100, [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcceb\\_julho\\_2015.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcceb_julho_2015.pdf)

Pode concluir-se, no entanto, que, entre outras dimensões, também em sede escolar foi da relevância aos aspectos estilísticos e filológicos; à controvérsia na fixação do texto; à discussão em torno das fontes históricas de que se haveria socorrido Luís de Camões. Mas a tônica subjacente à escolarização foi a noção de Epopeia-Pátria, resultante da síntese entre nacionalismo e narrativa oceânica. O significado histórico, literário, pedagógico de *Os Lusíadas* ficou muito associado à relação entre Portugal e Brasil, muito particularmente em torno do 3.º Centenário da morte de Luís de Camões. Para além de edições críticas e das acções de divulgação cultural, merece destaque, na segunda década do século xx, a criação, em 1925, da Cátedra de Estudos Camoneanos na Universidade de Lisboa. Com efeito, foi no século xx, que o Camões épico se sobrepôs ao Camões lírico. A introdução a *Os Lusíadas* foi também assegurada pela publicação de *Os Lusíadas contados às crianças e ao Povo*. Esta edição em prosa, da autoria de João de Barros, continha, de modo abreviado, o enredo da Epopeia. Foi muito utilizada nas escolas. Conclua-se que, no reconhecimento e definição de *Os Lusíadas* como Epopeia nacional e cânone escolar pesaram grandemente a experiência, a prática e o preceituado escolar. Enfim, a leitura de *Os Lusíadas* foi, no fundamental, uma leitura escolar.

